Coordenação Nacional de Lutas - Fenajufe

Jornal do Judiciário

SINTRAJUD nossa luta faz acontecer

Terça-feira, 08 de setembro de 2009 - Número 357 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

10 de setembro: dia nacional de luta pela revisão salarial



Jesus Carlos

Assembléia aprova proposta de reajuste que valorize vencimento básico

Como parte do dia nacional de luta por um projeto de revisão salarial que atenda as reivindicações da categoria, o Sintrajud realiza na próxima quinta-feira, dia 10/09, assembléias setoriais com os servidores.

Nas assembléias será avaliada a minuta de PL, que está sendo proposta pelos diretores gerais dos tribunais superiores, e ampliada a mobilização para que as nossas reinvindicações sejam atendidas.

O Sintrajud continua na defesa da proposta de revisão salarial aprovada pelos servidores que prevê o aumento do salário básico.

ELEIÇÃO DA DIRETORIA DE BASE

Começaram no dia 1º e encerram-se no dia 10 as eleições para a nova Diretoria de Base do Sintrajud. No período de lutas que se aproxima, os diretores de base são fundamentais para organizar e fortalecer a mobilização nos locais de trabalho.

Os diretores de base também reforçam a democracia no Sindicato e a participação dos servidores nas instâncias deliberativas.

Veja calendário e não deixe de votar. **Página 02**

PARTICIPE DAS ASSEMBLÉIAS/ATOS

QUINTA-FEIRA, DIA 10/09

TRF/JF
- No auditório do TRF - No 25º andar, às 13h.

TRE
- No saguão da sede da Miquelina, às 13h.

TRT/JT
- No Fórum da Barra Funda, às 13h.

SANTOS
- Na porta dos Fóruns da JF e JT, às 11h.

Sintrajud obtém vitória na ação dos Quintos - **Página 03**

Opinião do Sintrajud

Por uma revisão salarial que valorize o vencimento básico e não as gratificações

A política salarial dos tribunais superiores, assim como as dos governos federal e estadual, busca a lógica do setor privado: aumento da exploração dos trabalhadores e a diminuição dos salários e direitos.

A minuta de PL sobre a revisão salarial que está sendo discutida entre os representantes dos tribunais cria a GPT (Gratificação de Gestão de Processos de Trabalho), que vincula, já no nome, o salário do servidor ao cumprimento de metas.

Nas fábricas, onde isso foi implantando há muito mais tempo, os trabalhadores foram aos poucos vendo seus salários reduzidos em troca de uma PLR (Participação nos Lucros e Resultados), que é paga uma vez por ano e não incide em férias, 13º e outros benefícios. Além disso, na maioria das vezes, o trabalhador é obrigado a cumprir metas inalcançáveis sob pena de não receber a PLR. Outro ponto a ser destacado é que esse valor geralmente não é igual para todos, cabendo aos chefes sempre um valor superior.

No serviço público, essa prática já está sendo adotada em alguns setores. Os professores do município de São Paulo, por exemplo, recebem mais de 50% do vencimento em bônus, desde que não faltem nem um dia de trabalho. Afastamentos por problemas de saúde implicam na perda da gratificação.

Na Previdência Social, também há um descontentamento geral da categoria com a implantação da avaliação de desempenho, que só fez dividir os trabalhadores e aumentar o assédio moral no local de trabalho. As metas são estabelecidas pelo presidente do INSS, da avaliação individual e institucional sairá o valor da gratificação variável que já corresponde a 70% da remuneração dos servidores.

Na avaliação do Sintrajud, a proposta de PL dos tribunais pode representar um retrocesso para os servidores do Judiciário, ao se institucionalizar uma avaliação através de metas; acabar com a paridade entre ativos e aposentados, ao estabelecer prêmio ao pessoal da ativa, além de excluir parcela da categoria dos aumentos.

As metas no serviço público são outras, é qualidade, é ampliação dos serviços para a população de Educação, Saúde e Justiça. Ao repetir a lógica do setor privado no serviço público, a qualidade do serviço prestado à população cairá ainda mais.

O servidor do Judiciário há muito tempo está adoecendo de tanto trabalhar e terá que trabalhar ainda mais para garantir gratificações e prêmios.

Por isso, é preciso avançar na mobilização em defesa de uma revisão salarial digna para todos. Queremos aumento do salário básico e não de gratificações.

4º lugar do Concurso de Fotografia do Sintrajud



Foto de Daniel Prata Carnicero "Isla de Los Lobos". Serão publicadas as 14 primeiras.

Idéias

Senado. Para quê?

Cláudio Klein*

Antônio Carlos Magalhães, Jader Barbalho e José Sarney, três antigos políticos, todos do PMDB e já foram presidente do Senado. Os dois primeiros renunciaram à presidência e ao cargo para não serem cassados. Graças a Lula, Sarney persiste.

Criado em 1824, o Senado brasileiro foi inspirado no modelo dos EUA. Os sulistas escravocratas teriam menos representantes então sugeriram a criação de uma segunda câmara, com representação por estados. O Senado americano impediu a abolição da escravatura daquele país por 80 anos.

No Brasil, juristas e políticos têm como único argumento à existência do Senado a representação dos estados, pois é nessa casa que as unidades da federação se equiparam, independentemente da população de cada estado.

Porém, o que existe é um monstro, inútil, caro e corrupto. Para se ter uma idéia, um Senador brasileiro custa 8,4 vezes mais ao trabalhador brasileiro do que um congressista francês aos seus representados.

Além do gasto com a manutenção da Casa, a corrupção não está somente no Presidente da Casa, mas se espalha pelos gabinetes, no nepotismo, no desvio de verba pública, no tráfico de influência, na farra de passagens aéreas, na farra de planos de saúde gratuito. E o dramático é que essas práticas não surgiram hoje, já fazem parte da instituição, por isso as acusações, todas, foram arquivadas.

Não gosto muito de falar da Constituição, porém, é preciso pontuar que a nossa Carta Magna exige apenas a separação entre os três poderes e não há a exigência de duas Câmaras. Ou seja, a maneira como eles vão se organizar não é uma exigência constitucional. Portanto, o Brasil poderia adotar um regime unicameral. Seria, inclusive, mais barato.

Uma Câmara única seria, sim, um avanço à democracia, principalmente se estabelecer a revogabilidade dos Mandados.

Por fim, fiquei curioso. Na página do Senado, há uma citação do amor que o Sarney sente pelo Maranhão: "... o Maranhão é inspiração. É vida, é saudade que não deixa de doer um só dia, é sonho, é amor demais. Maranhão, minha terra, minha paixão". Então por que diabos ele é Senador pelo Amapá?

**** Cláudio Klein é servidor do TRF, diretor da Fenajufe e ex-diretor do Sintrajud***

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br*, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

Frases

De Hoje: *"Se você reduzir a carga horária, o que vai fazer o trabalhador? Eles dizem: vai para a casa ter lazer. Eu digo: vai para o boteco, beber álcool, vai para o jogo"*, deputado federal **Nelson Marquezelli** (PTB/SP), com todo desrespeito à luta dos trabalhadores.

"Isso tudo é inverídico. Cansamos de apanhar da polícia e resolvemos protestar". **Marilene Pereira de Souza**, sogra de Ana Cristina, moradora de Heliopólis que foi morta pela PM, negando a alegação da PM de que o protesto de moradores da favela tenha sido orquestrado por traficantes.

"Desde o primeiro instante, meu governo deu força à Petrobras. Passamos a cuidar com muito carinho do nosso querido dinossauro", frase de **Lula,** mais uma vez usando o pré-sal para tentar emplacar a candidatura Dilma.

De Ontem: *"Nosso trabalho exige a sedimentação de uma profunda consciência moral de nossas responsabilidades, a obstinada decisão de não cometer erros, de jamais aceitar qualquer arranhão nos procedimentos éticos que devem nortear nossa conduta"*, frase do presidente do Senado e amigão de Lula, **José Sarney**.

Calendário de votação da Diretoria de Base

CAPITAL DATA	URNA	HORÁRIO	LOCAL	VOTANTES	CANDIDATOS	Nº MÍNIMO DE VOTOS
10	Fixa	11h – 19h	Barra Funda	354	05	35
10	Fixa	11h – 19h	Pedro Lessa	174	03	17
10	Fixa	11h – 19h	TRE Miq	337	03	38
10	Fixa	11h – 19h	TRF	683	08	68
09	Itinerante	11h – 14h	TRT 2ª	120	01	12
09	Itinerante	16h – 19h	Millenium	19	01	10

Jurídico

Vitória: sai decisão definitiva dos quintos

Todos os filiados à entidade, na época do ajuizamento da ação, serão beneficiados



Jesus Carlos

Ato em 2007 na JT/Barra Funda cobra quintos e passivos

O Sintrajud ganhou a ação dos quintos. Nesta segunda, 31/8, saiu o acórdão que nega o "agravo legal" interposto pela União. O recurso contestava a decisão favorável aos servidores obtida em março. A União deverá atualizar as parcelas de 'quintos' incorporados até 04/09/2001; incluir nas remunerações as VPNÌ´s relativas aos 'quintos' incorporados; e pagar as diferenças, inclusive com os reflexos sobre férias e 13º salários. As diferenças deverão ser corrigidas, acrescidas de juros de mora de 6% ao ano.

Como a União não apresentou jurisprudência de Tribunais Superiores, que contrariasse a decisão favorável, não há possibilidade de novos recursos. Segundo a advogada do Sintrajud Eliana Villela, mesmo que a União venha a interpor recursos, especial ou extraordinário, eles não serão admitidos. "A questão já está pacificada no STJ e STF, pode até resultar em multa por litigância de má-fé para a União", explica.

O processo deve demorar até 60 dias para retornar à 1ª Instância (22ª VF), quando deverá ser iniciada a execução. Os valores, provavelmente serão recebidos pelos servidores em 2011. Terão direito à indenização os servidores que na época do ajuizamento da ação, em janeiro de 2004, eram sócios do Sintrajud.

Sindicato reivindica quintos desde 2002

Em 1997, o Presidente Fernando Henrique Cardoso editou a MP 1595-14 que se tornou a lei nº9527/97, a nova lei extinguia a incorporação dos Quintos das funções comissionadas e denominava a incorporação feita até o momento como Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).

Em abril de 1998, a edição da lei nº9624 resgatou a incorporação ou a atualização dos valores devidos. Como esta situação permaneceu até setembro de 2001, quando foi editada a MP 2225-45, que restabeleceu a VPNI, gerou o débito com os servidores.

Para Cláudio Klein, diretor da federação e ex-diretor do Sintrajud, "apesar de o Sindicato não ter como central a defesa de FC, a incorporação dos quintos era uma forma de amenizar as distorções salariais e o assédio moral provocado por manipulações de funções". Antes de ajuizar a ação, o Sindicato exigiu o pagamento dos quintos, em 2002, por requerimento administrativo. Desde então, o Sintrajud sempre incluiu o pagamento dos quintos e de todos os passivos em suas pautas de reivindicações.

"A decisão é uma vitória do Sindicato e seu Departamento Jurídico, e fruto também da mobilização da categoria", ressalta Angélica Olivieri, diretora do Sintrajud. Ela lembra a importância do servidor ser sócio do Sindicato, pois sem a contribuição mensal do sócio à entidade não haveria conquistas como essa.

Assembléia debate cobrança de honorários dos 11,98%

O pagamento dos 11,98% foi uma conquista da categoria, que, em greve, obrigou o STF a mudar decisão

Na assembléia realizada no sábado, 29/8, um dos temas debatidos foi a cobrança de honorários dos 11,98%. Os advogados do Sintrajud Eliana Ferreira e César Lignelli tiraram dúvidas da categoria sobre as ações ingressadas a partir de 1997. Naquela época, o Sindicato, fundado dois anos antes, ainda estava se estruturando. A entidade recebeu uma proposta do escritório Melegari, Costa Fº, Menezes & Reblin Advogados Reunidos para a ação dos 11,98% e apresentou à categoria. Houve servidores que se interessaram, outros que ingressaram com outros advogados e aqueles que sequer entraram com a ação.

Os servidores que aderiram à proposta do escritório assinaram uma procuração que previa expressamente o pagamento de 15% de honorários advocatícios sobre o valor recebido. Segundo o escritório, foram ajuizadas cerca de 200 ações plúrimas, que reúnem cerca de dez servidores em cada. Depois de 12 anos, alguns receberam a cobrança.

O Sintrajud, desde então, estruturou o Departamento Jurídico e nas ações movidas pelo Sindicato não há cobrança de honorários advocatícios para os associados.

SINDICATO DISCUTE COBRANÇA

Diante da cobrança, o Sintrajud procurou imediatamente o escritório. Em reunião, o Sindicato ponderou que o êxito do reconhecimento da dívida se deu pela relevante participação da categoria e o valor foi pago no âmbito administrativo. Após intensos debates, o escritório apresentou uma proposta que reduziu os honorários advocatícios, de 15% para 5%, à vista, ou 7%, de forma parcelada em 12 vezes.

Principais dúvidas

Como saber se estou na ação?

É possível consultar pelo site www.jfsp.jus.br com o número do seu CPF.

O que o Sindicato vai fazer?

O Departamento Jurídico já solicitou ao escritório a apresentação do relatório de cada processo e cópia da procuração assinada de todos os servidores que fazem parte das ações. Caso ocorra cobrança indevida, procure o sindicato que serão tomadas as providências cabíveis.

Recebi a cobrança, o que devo fazer?

A decisão sobre o pagamento dos valores a título de honorário e a forma de pagamento caberá exclusivamente a cada servidor, devendo este, desde já, solicitar certidão de valores recebidos no Tribunal, para eventual confrontação de valores e, se entender necessário, exigir cópia da procuração outorgada junto ao escritório.

Qualquer outra dúvida procure o Sindicato.

11,98% É FRUTO DA LUTA DA CATEGORIA

Embora a luta pelo reconhecimento da dívida dos 11,98% tenha começado juridicamente, com o ingresso da ação, foi a mobilização da categoria que garantiu a vitória. Realizada pelos servidores do TRE, em 2000, a greve pelos 11,98% conseguiu fazer com que, pela primeira vez, os ministros do STF revisassem uma decisão e reconhecessem o direito que haviam negado dias antes. O novo entendimento, adotado pelo Supremo, repercutiu nacionalmente.

NOTAS

Servidores do TRE do MT conquistam jornada de 6 horas

Depois de três anos de luta, os servidores do TRE/Mato Grosso conquistaram a jornada de 6 horas diárias (trinta horas semanais). A nova jornada começou a vigorar na terça-feira, 1° de setembro, das 12h às 18h, em caráter experimental, por três meses. Se for aprovado, será implementada definitivamente.

Grito dos Excluídos

No 7 de setembro, diversas entidades realizaram uma manifestação na Praça da Sé em São Paulo. Entre as reivindicações, emprego, moradia e direitos sociais. Com o tema "Vida em primeiro lugar", o ato também denunciou a criminalização dos movimentos sociais, inclusive cobrou justiça para a morte do trabalhador sem-terra, no RS.

Errata

Na edição 356 do Jornal do Judiciário, na página 2, seção Idéias, lê-se: Aloê Felippe, servidor há 30 anos da Justiça Federal, ex-diretor de base por três vezes.

Aposentados

Encontro Estadual elege representantes

Servidores também debateram a proposta de revisão salarial e a integralização da aposentadoria por invalidez

O Encontro Estadual dos Aposentados do Sintrajud, realizado no dia 2/09, reuniu cerca de 40 servidores. Os objetivos do Encontro eram debater o Plano de Carreira, Cargos e salários, as ações judiciais da entidade, eleger os representantes do segmento que vão compor o Conselho de Base e o representante que irá ao Coletivo Nacional dos Aposentados da Fenajufe, no dia 26/9 em Brasília.

Durante a manhã, o economista do Sintrajud, Washington Lima, apresentou o Plano de Carreira, Cargos e Salários aprovado pela categoria, que defende a paridade entre ativos e aposentados.

Na parte da tarde, a advogada Eliana Villela falou sobre as ações do Sindicato relacionadas aos aposentados. Ela informou que o Departamento Jurídico venceu a ação dos 13,23%, a qual aguarda o julgamento em 2ª instância. Caso perca a ação, a União terá que pagar aos servidores o valor retroativo desde 2003. Ela também explicou a ação pela integralização da aposentadoria por invalidez, aprovada em assembléia pelos servidores.

ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES

Ao final foram eleitos os representantes dos aposentados à direção de base do Sintrajud: Cristhi Crispin (TRT) como representante emérito, Anísio Salustiano (JM), Ridaut Dias (JF), Márcio Lóis (TRE), Antônia Cândida da Silva (TRT), Filomento Santos (JF), Maria de França (TRE), Shirley de Carvalho (TRT), Maria da Penha (TRE), Osmar Sartório (JF) e Joel Andrade, que também foi eleito para representar o Sintrajud no Coletivo Nacional dos Aposentados da Fenajufe.



Jesus Carlos

Aposentados no encontro: depois dos debates, dança e confraternização

Homenagem

88 anos de um lutador

Ernesto Christ comemora seu aniversário na reunião do Núcleo dos Aposentados. Presente nas mobilizações da categoria, ele diz ser um idealista

No dia 19 de agosto, no Núcleo dos Aposentados do Sintrajud aconteceu uma comemoração mais que especial: o aniversário de um dos sócios mais experientes do Sindicato, que havia sido no dia anterior. O aposentado Ernesto Alberto Christ comemorou, na reunião do Núcleo, seus 88 anos.

Todas as semanas Christ está no Sindicato, além de participar de todas as lutas. "Em todos os movimentos, se eu posso, estou presente", diz ele. E não é de hoje. Christ começou sua militância política em 1934, quando tinha 14 anos, antes de entrar no curso de Direito no Largo São Francisco. "Naquela época era proibido, e eu já era socialista." Hoje em dia, Christ conta que continua acreditando no socialismo: "É o melhor sistema que existe no mundo, o programa é maravilhoso, mas estou descrente nos homens". Christ diz que ficou decepcionado com o presidente Lula. "Levei um susto quando ele disse que não era socialista e nem de esquerda. Hoje o PT é um partido neoliberal", critica.

Mesmo com a decepção, ele continua lutando: "Sou um idealista, quero cooperar para um mundo melhor". Para Christ, seus colegas aposentados deveriam fazer o mesmo. "Se todos os funcionários e aposentados se unissem faríamos uma greve geral e mudaríamos tudo, mas a maioria fica esperando os benefícios, como se estivessem no melhor dos mundos, enquanto outros vão para a guerra", afirma. E até na guerra, literalmente, ele esteve presente. Com dupla cidadania, Christ foi convocado em 1939 para servir na 2ª Guerra Mundial pelo governo suíço.

De volta ao Brasil, Christ entrou para o Judiciário alguns anos depois. Ele trabalhou no TRT por aproximadamente 40 anos até se aposentar em 1991. Logo que entrou já se envolveu na militância sindical. "Antes eram associações por tribunal, até que todas se juntaram e fundaram o Sintrajud. Foi uma boa idéia, afinal a união faz a força. Lutamos pelos mesmos interesses da classe, reivindicamos os mesmos direitos", conta. Hoje, fã do Sindicato, Christ elogia o Núcleo dos Aposentados e sua coordenadora, Ana Fevereiro. "Ela luta bastante, inclusive, para trazer os aposentados". Para Ana Fevereiro, Christ "é uma figura emblemática na história do Sindicato". Sem dúvida, é um exemplo.



Jesus Carlos

Christ entre aposentados, funcionários e diretores do Sindicato

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos@uol.com.br - tel. (13) 32383807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Gustavo Ferreira **Tiragem:** 13.000